

A ESPECIALIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS NA UFPB*

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira**

Os trabalhos de Jacques Le Goff e de Pierre Nora sobre memória nos inspiram para escrever sobre arquivos. Antes da escrita, existiam os homens-memória ou juizes da memória, que eram responsáveis pela memorização e transmissão das genealogias, origens, mitos, acontecimentos do seu povo.

Com a origem e difusão da escrita, os juizes da memória se transformaram em arquivistas. A memória agora não estava mais na cabeça de alguns, mas fixada em suportes materiais - o documento em argila, madeira, papiro, pergaminho, papel. O guardião desses suportes materiais da memória será o arquivista. Como afirma Le Goff, a partir daí, "*os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus* (1994: 434), ou seja, nas palavras de Nora: *delega-se ao arquivo o cuidado de se lembrar*" (1981: 15).

Os historiadores sabem que o resgate, a reconstituição do processo histórico, nunca será total e completo. Por mais precisos e treinados que fossem os "juizes da memória", eles não poderiam guardar em suas mentes todas as informações sobre o passado. A memória psíquica articula processos de recordação e de esquecimento - uma seleção que pode ocorrer consciente ou inconscientemente. Processo semelhante ocorre com a memória registrada materialmente.

O que se encontra em um arquivo é o resultado de uma seleção que ocorreu em todos os níveis. A partir da própria elaboração do documento oficial ou pessoal: o que se escreve nem sempre retrata fielmente o acontecido, tendo em vista a influência da subjetividade de quem elabora, do contexto

* Comunicação apresentada na Sessão de encerramento do I Curso de Especialização em Organização de Arquivos da UFPB.

** Professora de História do Brasil da UFPB, Doutora em História pela USP.

histórico e social, entre outros elementos. Isso sem falar nos processos de seleção posterior: a ação do tempo, a incúria dos responsáveis pela guarda dos documentos, e até mesmo o descarte sem critério.

Mas, vale ressaltar que todas essas limitações não invalidam a contribuição da memória e da documentação. Esses vestígios da trajetória humana são fundamentais tanto para a compreensão do passado como do presente.

A imagem do arquivista como guardião dos suportes materiais da memória envolve uma vasta gama de conhecimentos e de atividades a serem desenvolvidas.

Regra geral, um arquivo se guia por dois eixos básicos: CONSERVAR: Organização / Classificação / Ordenação / Acondicionamento; SERVIR: Descrição / Guia / Inventário / Catálogo / Difusão cultural.

Seguindo este raciocínio, podemos dizer que para conservar se faz necessário organizar, só que para organizar-se um arquivo é preciso tanto conhecê-lo como à instituição a que se vincula, para elaborar um diagnóstico, com: origens, histórico, estrutura, funções, condições, avaliação da documentação. A partir daí, se elabora o quadro de arranjo, o plano de classificação e a tabela de temporalidade. Ao lado da elaboração intelectual, desenvolvem-se as tarefas de ordem prática: a classificação, a ordenação, o acondicionamento, a notação.

Como servir, entende-se a preocupação em informar à própria instituição, o pesquisador e à sociedade o que arquivo possui, através de uma política de descrição que deve partir do geral para o particular, ou seja:

- arquivo = guia
- séries = inventário
- documentos = catálogo

Associado ou independente de qualquer instrumento de pesquisa, não se pode esquecer a indexação e sua importância como elemento agilizador no acesso à informação.

Para que tudo isso ocorra, uma questão importante antecede: a decisão política da instituição ou da direção em investir no arquivo. O processo de organização de um arquivo implica em investimentos em material de consumo e permanente e em recursos humanos, além do fator tempo, pois se constitui em um trabalho que exige reflexão e muito cuidado nos procedimentos.

Para se organizar e colocar em funcionamento um arquivo é necessário uma formação específica. Não é apenas o bom senso que deve comandar as decisões. Existe uma produção científica sobre o assunto. Se faz necessário um estudo interdisciplinar entre a área específica e as áreas correlatas, afins, como o direito, a administração, a história, entre outras disciplinas.

A precária situação em que se encontram as instituições de memória na Paraíba resulta da ausência de uma política de preservação pública e privada, aliada à carência de recursos humanos capacitados na área de arquivologia e documentação.

A questão mais ampla da implementação de uma política de preservação documental estadual não cabe diretamente a Universidade, mas lhe diz respeito, diretamente, a questão da formação de recursos humanos.

Apesar dos estudos e preocupações com a arquivística remontarem a séculos atrás, esta se constitui em área nova, em fase de expansão, dada a percepção cada vez mais clara da sua importância para o bom andamento da administração pública e privada, que, ora necessita recuperar informações de forma ágil e eficaz, o que é garantido pela gestão racional dos documentos no arquivo corrente, ora necessita resgatar a sua trajetória e história, o que é garantido pela organização e conservação do arquivo permanente.

Por outro lado, a questão do resgate e preservação dos suportes materiais da memória institucional e cultural tem sido cobrada pela sociedade civil tanto aos poderes públicos como aos privados.

A partir dessas perspectivas, o mercado de trabalho na área da arquivística vem se ampliando consideravelmente. Os graduados em Biblioteconomia e em História formam a clientela preferencial, ao lado de outros profissionais de áreas afins e autodidatas que atuam em empresas públicas e privadas, entidades culturais, sindicais e associações diversas.

O quadro dos cursos de graduação em arquivologia se apresenta insuficiente, tendo em vista que só existem cinco cursos de graduação em todo o Brasil, quais sejam: na Universidade de Santa Maria - RS, na UNIRIO e na Universidade Federal Fluminense - RJ, na Universidade de Brasília - DF e na Universidade Federal da Bahia - Ba, este último implantado em 1995. Tendo em vista as dificuldades para a criação de cursos de graduação, a saída tem sido a implantação de cursos de especialização, seguindo o modelo já consagrado pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP).

A demanda para a organização de arquivos da comunidade vem se avolumando junto ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional que não dispõe de recursos humanos capacitados em número suficiente para atendê-la. O NDIHR, órgão suplementar da UFPB, conta com a colaboração de professores de diversos departamentos integrando o seu corpo de pesquisadores e possui um programa permanente de Documentação e Memória Regional, que tem desenvolvido trabalhos de organização de acervos documentais da comunidade. Já foram organizados os arquivos institucionais da Cúria Metropolitana da Paraíba, atual Arquivo Eclesiástico da Paraíba, e da Central Única dos Trabalhadores; os arquivos privados do Maestro Pedro Santos (sob custódia do NDIHR) e do Presidente João Pessoa (acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano); e encontram-se em andamento a organização dos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), diversos arquivos privados do acervo do IHGP, além do próprio arquivo e biblioteca do IHGP, e do Arquivo da Assembléia

Legislativa da Paraíba. A própria administração da Universidade Federal da Paraíba, bem como Centros e Setores carecem ainda de uma organização científica dos seus arquivos.

Tendo em vista essa situação, o NDIHR propôs ao Departamento de História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, e ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, juntos implantarem, no âmbito da UFPB, um Curso de Especialização em Organização de Arquivos, o primeiro na Paraíba em nível de pós-graduação lato-sensu.

O I CEOARQ contou com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, da UFPB; da CAPES, que aprovou o projeto concedendo ajuda financeira; e do NDIHR, que abrigou fisicamente a Coordenação do Curso.

O corpo docente, formado majoritariamente por professores da UFPB, de diversos Departamentos: de História, Dra. Rosa Maria Godoy Silveira, Dr. Ruston Lemos de Barros, Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Esp. Neiliane Maia; de Biblioteconomia, Dra. Walkíria Toledo de Araújo e Ms. Dulce Amélia de Brito Neves; de Direito Público, Dr. Manoel Alexandre Cavalcanti Belo; de Administração, Ms. Regina de Fátima de Almeida Toscano; de Metodologia da Educação, Ms. Paulo Rocha; e do NDIHR, a Esp. Gloriete Pimentel Rodrigues. Contou também com os professores de outras instituições: Dra. Heloísa Liberalli Bellotto, do Instituto de Estudos Brasileiros-USP e Dr. Luís Carlos Lopes, da Universidade Federal Fluminense; e a colaboração da Esp. Vera Lúcia Acioli, professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco; e de Ana Isabel de Souza Leão Andrade, da Fundação Casa de José Américo.

O Curso foi estruturado com disciplinas que formam quatro blocos: Teórico-Methodológico, Específico de Arquivologia, Complementar, e Estágio Supervisionado. A sua carga horária é de 405 horas e a duração de seis meses. Seus objetivos centrais vinculam-se à necessidade de capacitar

profissionais de nível superior para atuar na área de administração de arquivos e organização de documentos em arquivos correntes, intermediários e permanentes do setor público e privado, ao mesmo tempo que busca proporcionar conhecimentos de caráter teórico e técnico nas áreas da arquivologia, documentação e memória.

A Coordenação do curso contou com a colaboração de diversas instituições, cujos arquivos se constituíram em campo de estágio supervisionado: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Fundação Casa de José Américo, Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Arquivo Eclesiástico da Paraíba e Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Vale salientar ainda que a Fundação Joaquim Nabuco, em Recife-PE, recebeu de forma prestativa e eficiente toda a turma do I CEOARQ para uma visita técnica ao seu acervo.

A partir da pesquisa que a Coordenação fez, aplicando um questionário de avaliação das disciplinas e dos professores, que diga-se de passagem, nem todos os alunos responderam, pode-se ter uma visão do que foi este Curso.

Os problemas mais citados dizem respeito à pequena carga horária das disciplinas, à alta concentração das aulas, especialmente dos professores convidados de outras instituições, e o excesso de trabalhos exigidos no curto cronograma. A grande quantidade de disciplinas (dezesseis), além do Estágio, representa a tentativa de se fazer uma mini graduação, acarretando problemas de concentração de conteúdo em cargas horárias mínimas.

Quanto ao Estágio Supervisionado a carga horária também foi a vilã, além dos problemas decorrentes de sua realização em pleno mês de férias - janeiro. Tentou-se uma prática em todas as etapas da organização de um arquivo. Uma especialização, na verdade, pode ter seu estágio especializado, ou seja, ter a experiência em apenas uma das etapas do processo organizacional de um arquivo. Contudo, pela avaliação, foi

considerado positivo vivenciar todas as etapas. E vale ressaltar que, em cada instituição - campo de estágio - deixou-se uma contribuição efetiva através da elaboração de instrumentos de pesquisa, tipo catálogo ou inventário, dependendo da situação específica da documentação. A Coordenação do Curso envidará esforços no sentido de divulgar essa produção, através da publicação conjunta com as instituições participantes.

Os itens referentes aos professores e ao conteúdo das disciplinas teve uma avaliação positiva, com raras exceções. Apontou-se a carência de informações e/ou prática para a elaboração de Tabela de Temporalidade e de como informatizar um arquivo.

Ao lado das dificuldades da implantação de um curso dessa natureza, das deficiências e/ou problemas, uma questão deve ser ressaltada em torno de tudo isso: a falta de liberação dos alunos para a realização do curso e, portanto, de dedicação para que as atividades de leitura e de reflexão acompanhassem todo o curso.

Conscientes das deficiências, a conclusão desse curso exigirá dos que o concluíram atenção para um constante estudo e atualização, através da participação em encontros científicos, cursos de extensão e aquisição de bibliografia.

Por fim, vale lembrar que essa iniciativa constituía-se em sonho antigo na UFPB, quer na intenção de criação de um Curso de Graduação em Arquivologia, desde o reitorado do Prof. Linaldo Cavalcanti, na década de 1970, quer no caminho agora adotado - Curso de Especialização, esboçado em 1990, por ocasião da vinda da Professora Heloisa Bellotto para assessorar projetos de organização de arquivos do NDIHR. Essa experiência pioneira, sem dúvida, servirá como subsídio para a realização dos próximos cursos.

Para encerrar, alguns agradecimentos, não de praxe mas de coração: à Vice-Coordenadora desse Curso, profa. Dulce Amélia de Brito Neves; à Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, profa. Rosa Maria Godoy Silveira; ao Diretor do

Centro de Ciências Sociais Aplicadas, prof. Rômulo Polari; à Diretora e Vice-Diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, profas. Maria Ângela Wanderley e Iara Mattos, respectivamente; à Chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, profa. Walkíria Toledo de Araújo; ao Chefe do Departamento de História, prof. Ruston Lemos de Barros; a todos os professores que colaboraram na realização desse Curso; aos funcionários do NDIHR; e especialmente, aos alunos concluintes, que contribuíram para o sucesso com um baixíssimo índice de desistência e reprovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e NEVES, Dulce Amélia de Brito. *Relatório do I Curso de Especialização em Organização de Arquivos*. João Pessoa: UFPB, 1996, Mimeo.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
- NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares" (Trad. Yara Aun Khoury). *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Nº 10, Dez./1993, 7-28.